



ATA Nº 37/2021

DATA DA REUNIÃO: Dia 02 de junho 2021

INÍCIO DA REUNIÃO: 10:00h

TÉRMINO DA REUNIÃO: 13h

Elementos Presentes na Reunião:

Biblioteca Municipal de Almeirim – *Rui Gaspar*

Biblioteca Municipal de Azambuja – *Joanna Luisa Pereira Whitfield e Ana Luísa Filipe*

Biblioteca Municipal de Benavente – *Sandra José Ricardo Ferreira*

Biblioteca Municipal do Cartaxo – *Anabela Maria Todo Bom Montês Garrido*

Biblioteca Municipal da Chamusca – *Dora Marisa Ferreira César*

Biblioteca Municipal de Coruche – *Norberto António Calhau Esperança*

Biblioteca Municipal da Golegã – *Margarida Trincão*

Biblioteca Municipal de Rio Maior – *David Manuel Carvalho Ferreira*

Biblioteca Municipal de Salvaterra de Magos – *Marta Sofia de Oliveira Marques*

Biblioteca Municipal de Santarém – *Luísa Cotrim*

CIMLT – Representante – *Clara Lopes*

DGLAB – Representante – *Maria João Nunes Martins Guerreiro*

DGLAD - Representante – *Rosa Midões Domingues*

DGLAB – Representante – *Bruno Duarte Eiras*

Elementos que não se fizeram representar:

Biblioteca Municipal de Almeirim – *João Fragoso*

Responsável pela elaboração da Ata: *Sandra Ferreira.*

ABERTURA DA ATA

Aos dois dias do mês de junho de 2021 pelas dez horas, deu-se início à reunião da RIBLT, realizada por videoconferência (Teams), enquadrada na seguinte Ordem de Trabalhos.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1- *BiblioTICs;*
- 2- *Outros assuntos;*
- 3- *Marcação da próxima reunião e convites a realizar a entidades externas.*

1- BIBLIOTICS

Margarida Trincão iniciou a reunião reafirmando a todos os presentes que relativamente ao projeto Bibliotics há que fazer nova programação.

Maria João interveio para dizer que a DGLAB ainda não dispõe de informação da parte do gabinete do Ministério da Cultura para que se consiga dar “andamento” ao programa e aguarda que o Dr. Bruno Eiras intervenha na reunião para que consigamos perceber se já existe informação atualizada da parte do gabinete da Sr.^a Ministra da Cultura.

Advertiu ainda que há necessidade de rever as tabelas da formação e atualizar os dados referentes às datas, avançando no período cronológico em que era previsto desencadeá-las e verificar se há vantagens em avançar no formato online ou optar pelo presencial.

Bruno Eiras interveio e informou que relativamente ao projeto BiblioTICs, a DGLAB continua a aguardar autorização do gabinete da Sr.^a Ministra da Cultura para assinar as adendas ao citado projeto. Referiu ainda que o contacto já foi estabelecido com o senhor Ricardo Marques (HappyCode) com o objetivo de avançar com o procedimento, mas que perante a atual situação se deveria continuar a aguardar a devida autorização.

Relembrou que ainda ficou parte da aquisição do fundo bibliográfico por realizar e por conseguinte dever-se-ia avançar com esse procedimento e estipular novos prazos, sugerindo que até dia 15 junho deveriam estar reunidos os novos títulos para que até

final do mesmo mês estes pudessem ser selecionados por cada uma das bibliotecas intervenientes. A partir dessa seleção a Clara (CIMLT) já teria tempo para iniciar os procedimentos inerentes à aquisição.

Clara Lopes informou que já se encontram disponíveis as etiquetas elaboradas para o material adquirido no âmbito do projeto e que irá proceder ao seu envio através dos CTT.

2- OUTROS ASSUNTOS

Margarida Trincão relativamente ao programa do insucesso escolar reforçou que ainda não temos a relação das atividades promovidas pela equipa do insucesso escolar.

Neste âmbito, Rui Gaspar interveio referindo que solicitou à equipa local de Alpiarça a referida informação, tal como tinha sido acordado na reunião tida com a coordenadora do PiiCie LT.

Margarida Trincão advertiu que solicitou à coordenadora de projeto a informação em causa e que até ao momento, não chegou ao conhecimento das equipas de cada Município essa solicitação. Alpiarça tinha a informação pretendida pela iniciativa de Rui Gaspar que efetuou o pedido diretamente à equipa local. O mesmo questionou Margarida Trincão sobre o conteúdo dessa solicitação de informação à coordenadora do projeto do PiiCie LT, quando o acordado anteriormente seriam as bibliotecas a fazê-lo junto das equipas locais (EMICs).

Rosa Domingues (DGLAB) considerou que não devem ser as Bibliotecas a requerer essa informação.

Luisa Cotrim, neste contexto, afirmou que nunca conheceu a equipa da EMIC do Município de Santarém. Por esse motivo, considera que caso pretendam estabelecer parceria a citada equipa tem a liberdade de contactar as Bibliotecas.

Foi referido que, na reunião com Dr.ª Joana Carvalho, coordenadora do PiiCie LT, o grupo de trabalho da RIBLT expôs a importância da colaboração das Bibliotecas neste projeto, e foi manifesto o interesse de parceria por parte da Dr.ª Joana. Assim sendo, se houver interesse, deverá ser a coordenadora do PiiCie LT a contactar as EMIC e as bibliotecas para efetivar a nossa integração neste projeto.

Joanna Whitfield referiu que o PiiCie LT fez uma nova programação das suas atividades para a 2ª fase do projeto e as bibliotecas não foram contempladas. Na 1ª fase do

projeto o PiiCie LT não integrou as Bibliotecas por falta de conhecimento da sua existência ou das intenções da RIBLT. Já no Médio Tejo esta articulação foi concretizada, o que se traduz num funcionamento completamente diferente.

Margarida Trincão informou que vai continuar a aguardar a resposta ao seu contacto.

Relativamente ao Catálogo Coletivo, Rui Gaspar referiu que elaborou um documento para conhecimento da CIMLT.

Dentro desta temática, Joanna Whitfield assumiu que tomou a liberdade de questionar a Bibliosoft sobre a sua capacidade para assumir a questão do catálogo coletivo, ou seja, do agregador de catálogos. Aguarda resposta à sua questão.

Marta Marques partilhou que num contacto informal estabelecido com a Bibliosoft, não lhe pareceu que estivessem em situação de avançar com esse agregador de catálogos.

Rui Gaspar afirmou que no caso da MIND, através do formato ISO, poder-se-á considerar essa potencialidade. O agregador de catálogos seria alojado no servidor da CIMLT.

Margarida Trincão referiu existir uma proposta de agregador que também permite integrar catálogos dos museus, e talvez fosse pertinente equacionar essa proposta. Os museus também se estão a organizar em rede e seria apelativo um catálogo que integrasse Bibliotecas e Museus.

Sandra Ferreira referiu que em Benavente a questão da existência de um catálogo agregador de Bibliotecas, Museus e Arquivos já foi abordada.

Segundo Luísa Cotrim, Santarém também mantém essa intenção na aquisição do sistema MindSearch. Apesar de não se ter avançado até este momento, considerou que toda a informação que detêm não deve permanecer silenciada ao público. Do seu ponto de vista, seria uma mais-valia para a divulgação de todo o acervo. Mencionou, ainda, que o Município de Santarém adquiriu o espólio de Alexandre Herculano o que servirá de mote para continuar a defender a pertinência do projeto do agregador de catálogo – MindSearch, e que todo o acervo de Alexandre Herculano ficará acondicionado na Biblioteca Municipal.

Rui Gaspar reforça que a aposta seria o catálogo coletivo.

Luísa Cotrim interveio referindo que foi contactada pela diretora da Escola Superior de Educação de Santarém que manifestou interesse em integrar o seu catálogo no da

RIBLT. Referiu ainda que, durante este ano, Santarém irá comemorar o Centenário da Morte de Braamcamp Freire e esta comemoração será um bom motivo para se avançar com a aquisição do Catálogo Agregador MindSearch em Santarém (Biblioteca, Arquivo, Museu).

Bruno Eiras (DGLAB) interveio relativamente à questão dos catálogos e considerou que é importante ter uma visão mais alargada do contexto regional. No entanto, optando pela solução de agregador de catálogos facilmente se consegue integrar outras instituições. Todavia, convém perfilar o valor desses catálogos valorizando o empréstimo dos documentos à comunidade em geral. Agregar parceiros que ajudem a alavancar o que é a missão das Bibliotecas Públicas é fundamental e será útil sistematizar as características de cada um dos catálogos da RIBLT. Rui Gaspar informou que esse trabalho já tinha sido efetuado. Reforçou ainda que os catálogos coletivos podem ser elegíveis na área da modernização administrativa e, por esse motivo, é importante ter a informação toda reunida para, assim que possível, apresentar ao Conselho Intermunicipal.

Luísa Cotrim lançou a Bruno Eiras uma questão relacionada com os catálogos das Bibliotecas Escolares. Independentemente de os Agrupamentos de Escolas manifestarem intenção de integrar o catálogo coletivo, é necessário contactar a RBE?

Bruno Eiras referiu que não era necessário, e informou que a gestão dos catálogos das redes concelhias é sempre municipal. Podemos fazê-lo autonomamente. Relativamente ao Politécnico de Santarém é importante que eles percebam que os catálogos e, conseqüentemente, a sua coleção ficarão disponíveis para a restante comunidade municipal, ou seja, as coleções ficarão disponíveis para todos.

Margarida Trincão fez referência ao empréstimo e se tal implicaria custos para o utilizador no que se refere a outras instituições.

Segundo Bruno Eiras teremos que ser nós, RIBLT, a definir quais são as condições para entrar nesta rede.

Luísa Cotrim sugeriu que podemos assumir portes de correio partilhados.

Margarida Trincão sugere uma revisão da informação partilhada relativa às Bibliotecas Escolares e conseqüentemente das redes concelhias.

David Ferreira informou que os Certificados da Formação em Catalogação foram enviados pela CIMLT para os Recursos Humanos de cada Município.

Margarida Trincão questionou o grupo sobre a forma como operacionalizam o abate da coleção.

Marta Marques sugeriu a criação de lista de abate e de seguida eliminar o MFN.

Rui Gaspar alertou para o facto das bases de dados nos atuais sistemas de gestão documental serem relacionais, ou seja, estão interligadas e por isso nunca se devem eliminar registos, por exemplo de um documento ou de um leitor. A eliminação de registos pode colocar em causa a estabilidade do sistema, além de se perder informação estatística relevante.

Joanna Whitfield afirmou que procede à criação de uma base de dados de abates e dessa forma salvaguarda qualquer situação de dúvida que surja.

Sandra Ferreira mencionou que em Benavente não retira o documento da base. Coloca em notas que o documento foi abatido. E o MFN.

David Ferreira retira os documentos abatidos do OPAC para não ficar visível ao leitor.

No caso dos leitores, Marta Marques refere que em Salvaterra de Magos não abatem os seus registos, torna-os inativos.

Joanna Whitfield reforça que no caso do Biblionet mesmo depois do abate não apaga o histórico do empréstimo.

Segundo Bruno Eiras, as boas práticas dizem que nunca se apaga registos, nem de leitores, nem de títulos. Nunca se apaga nada. Eliminar só numa situação de mudança de base.

Sandra Ferreira questionou se no âmbito do RGPD não deverá ser eliminada a informação dos leitores.

Bruno Eiras respondeu que no âmbito do RGPD podemos apagar todos os elementos e deixar somente o nome do leitor para que não existam lacunas na base, ou seja, mantemos o leitor e deixamos a zero a sua informação.

Joanna Whitfield questionou a DGLAB sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (doravante designado de PRR) devido à questão da transição digital.

Bruno Eiras informou que a DGLAB foi envolvida e que já tiveram duas reuniões no Ministério da Cultura para esclarecimento de algumas dúvidas. Salientou que o PRR é para os organismos expressamente identificados no documento. Quando não existem documentos nominais de bibliotecas o sentido é apoiar 239 bibliotecas. Não sabemos

se a metodologia será de projeto ou na lógica de “tudo para todos”. Ainda está por definir.

Se no PRR estiver definido o âmbito, será esse âmbito que tem que ser contemplado. A forma de aplicação do PRR terá que ter em conta o investimento já realizado. É necessário preparar a informação relativa ao catálogo para se ter tudo pronto no momento em que se avançar com a operacionalização do PRR, o que ainda não se tem conhecimento de como será efetuada. Os apoios financeiros que são dados para editoras estão definidos. Há, na área do livro, uma plataforma para ebooks a ser operacionalizada pelas bibliotecas municipais. Informou também que há uma referência à Virtualização e Digitalização de Espólios que se refere exclusivamente à Biblioteca Nacional.

David Ferreira evidenciou que o Município de Rio Maior vai adquirir um scanner planetário e o seu Arquivo Histórico ficará instalado na Biblioteca Municipal.

Relativamente ao PressReader, segundo Clara Lopes, a CIMLT ainda não obteve resposta de todos os Municípios. Até ao momento, os Municípios que deram resposta por escrito foram: Almeirim, Azambuja, Benavente e Coruche. Da reunião da CIMLT, a única dúvida que ficou era relativa ao Município de Santarém.

Analogamente ao Concurso Nacional de Leitura (CNL), Margarida Trincão, informou que tenciona disponibilizar os Prémios do citado concurso através da CIMLT.

Clara Lopes informou que a Feira Nacional da Agricultura irá realizar-se no formato presencial a partir de 9 de junho.

No que diz respeito ao contacto com as EMIC's do PiiCie LT, Margarida Trincão reforçou junto de Clara Lopes que contactou a coordenação via email e não obteve resposta.

A DGLAB informou que já visitou a Biblioteca Municipal de Coruche e a Biblioteca Municipal do Cartaxo. Os relatórios das visitas serão assinados e enviados aos Municípios em questão.

3- MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO E CONVITES A REALIZAR A ENTIDADES EXTERNAS

Margarida Trincão informou que a próxima reunião da RIBLT (Videoconferência) será agendada para o próximo dia 7 de julho 2021, pelas 10:00h.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião eram quinze horas e quarenta e três minutos, lavrando-se a presente Ata que vai ser assinada por todos os presentes.
